



## **Propriedade Coletiva na Comunicação Comunitária: Portal Comunitário da Cidade de Deus<sup>1</sup>**

Marília Alves Gonçalves<sup>2</sup>

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ)

### **Resumo**

O presente trabalho busca fazer uma análise da “gestão e propriedade coletiva”, característica de um meio de comunicação comunitária segundo Cicilia Peruzzo, no caso do Portal Comunitário da Cidade de Deus. O objeto de estudo é um site na internet criado a partir de um projeto de extensão universitária da UFRJ, que reúne organizações sociais de base comunitária na favela carioca, e é produzido pelos próprios moradores. É essencial, em experiências comunitárias, que a participação seja elevada, porém consideramos também no artigo as dificuldades de se fazer valer esta característica. Estabelece-se um diálogo com o campo da Economia Solidária.

**Palavras-Chave:** jornalismo; comunicação comunitária; participação; propriedade coletiva; comunicação, espaço e cidadania.

### **Introdução**

As últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, as TICs. O surgimento da rede mundial de computadores (a internet) é vital para esse processo. Ela permitiu que muitas pessoas que antes só recebiam mensagens no processo comunicacional – através dos meios de comunicação em massa, como a TV – se tornassem também emissores de suas próprias mensagens. Com isso, surgem muitos novos focos de produção de informação, além de uma potencialidade de democratização do processo comunicacional.

Mas, afinal, o que é um meio de comunicação comunitária? Num momento em que as tecnologias facilitam o surgimento de novos meios e novos emissores, como se identifica uma mídia comunitária? Foi em busca destas respostas que pesquisadores fizeram crescer expressivamente a produção acadêmica sobre o tema. Uma das teóricas mais importantes sobre o assunto, Cicilia Peruzzo, identifica uma série de características que seriam inerentes a um meio de comunicação comunitária. Uma delas, que escolhemos analisar neste artigo, é a presença da gestão e propriedade coletiva. Para tal, tomamos como exemplo o caso do Portal Comunitário da Cidade de Deus.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

<sup>2</sup> Estudante de graduação em Jornalismo pela ECO-UFRJ, email: [marilia.goncalvess@gmail.com](mailto:marilia.goncalvess@gmail.com)



O Portal Comunitário da Cidade de Deus é uma experiência de comunicação empreendida por moradores da favela em questão junto a pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diferente de outras experiências de comunicação comunitária, o Portal não nasce da iniciativa de um grupo de moradores associados que se interessam por comunicação. Ele também não tem origem na iniciativa de uma organização não governamental localizada na Cidade de Deus, como um meio institucional. O Portal nasce a partir de uma pesquisa acadêmica com os objetivos principais de integrar as muitas organizações sociais de base comunitária que existem na Cidade de Deus para otimizar o desenvolvimento local, e de divulgar as ações dessas organizações.

### **O surgimento do Portal Comunitário da Cidade de Deus**

O Portal Comunitário da Cidade de Deus surge em 2008 como resultado da pesquisa de dissertação “A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus”, de Celso Alexandre Souza de Alvear. O objetivo da pesquisa era mapear o relacionamento entre as organizações sociais de base comunitária da Cidade de Deus (OSBCs), e verificar de que forma esse relacionamento influenciava no desenvolvimento local.

Alvear mapeou dezesseis OSBCs na comunidade, mas identificou que a falta de integração entre as organizações era um dos principais motivos que dificultavam o sucesso delas no efetivo desenvolvimento da comunidade. O pesquisador constatou que muitas das OSBCs tinham uma visão errada do trabalho das outras, e algumas sequer se conheciam, o que gerava problemas como desconfiança entre os moradores envolvidos no trabalho social. Essa falta de comunicação entre as organizações foi um dos motivos identificados responsáveis por emperrar o processo de integração e formação de redes, elemento importante para o desenvolvimento local.

Mesmo que de forma pontual e emergencial, essas (*OSBCs*) têm o papel de executar ou complementar serviços públicos como educação, saúde, segurança, lazer etc.. Ocorre que esse trabalho é muito difícil de ser realizado individualmente por pequenas organizações, a não ser que estas se articulem para atuar de forma conjunta e ganhar escala. (ALVEAR, 2008: 4)

Ao final da dissertação, são apresentados seis fatores que dificultam a contribuição da rede formada pelas OSBCs para o desenvolvimento local. São eles: volume baixo de troca de informações entre as organizações; rede pouco ou nada



capilarizada com a base (moradores da Cidade de Deus); visão distorcida de políticas públicas e dificuldades de relação com governos; pouca conexão com movimentos sociais mais amplos; trato das questões sociais de modo desarticulado das questões econômicas; visão excessiva de curto prazo (ALVEAR, 2008, págs. 120 e 121).

Entre as propostas de encaminhamento, estava a construção de um portal comunitário, proposta aprovada pelos moradores. Assim, Alvear, representando o Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (SOLTEC/UFRJ), e as OSBCs iniciaram as reuniões para criação de um site na internet que seria compartilhado por elas e pelas demais organizações da Cidade de Deus que quisessem aderir posteriormente.

O objetivo do pesquisador com o Portal era aumentar o espaço de troca entre os agentes coletivos da comunidade (no caso, estes grupos organizados), através, por exemplo, do seu encontro em reuniões periódicas. A intenção era possibilitar a formação de parcerias entre os grupos, agregando valor para as ações e promovendo desenvolvimento do território. O objetivo das instituições, por outro lado, era, majoritariamente, divulgar o trabalho que faziam (projetos, cursos, entre outros). Com isso, elas tinham a intenção de mostrar que a Cidade de Deus “também tem coisas boas, além do que aparece no jornal”<sup>3</sup>.

É importante considerar a metodologia usada neste projeto. Um dos motivos mais significativos do insucesso de políticas destinadas a comunidades é a desconsideração das opiniões de seus moradores para a construção do trabalho. Esse problema é recorrente, principalmente quando o projeto é desenvolvido por um ator externo – Universidade, Estado ou mesmo uma ONG externa ao local onde será aplicado o projeto. Esses atores geralmente acreditam que conhecem a “solução” para aquela comunidade, acreditam saber exatamente o que é preciso fazer para melhorar a vida naquele lugar. Mas, nessa atitude prepotente, esquecem de questionar os atores locais sobre suas necessidades reais.

Michel Thiollent fala, no livro *Metodologia da pesquisa-ação*, sobre a necessidade de se valorizar o saber local.

De acordo com a postura tradicional, muitos pesquisadores consideram que, de um lado, os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram. Este tipo de postura unilateral

---

<sup>3</sup> Comentário muito frequente entre os participantes do Portal, principalmente no início do projeto, em referência à representação sempre negativa feita das favelas pela mídia comercial.



é incompatível com a orientação “alternativa” que se encontra na pesquisa-ação (e pesquisa participante). (THIOLLENT, 2008: 73)

Essa postura que desconsidera o ator local e seu saber dá origem a projetos paternalistas, que não envolvem a população na tomada de decisões e não servem a ela. Cecília Peruzzo define, no livro *Comunicação nos Movimentos Populares*, três níveis de participação, que são, no sentido crescente: a passiva, a controlada e a participação-poder. A participação passiva é a mais comum, e ocorre quando a pessoa se submete a partir da delegação do poder de decisão a outro. Quando votamos para cargos políticos, por exemplo, estamos exercendo uma participação passiva.

O segundo nível de participação parece ser o mais perigoso. Isso porque, neste caso, a participação é manipulada, de forma que pareça conquistada, como uma vitória do participante, quando, na verdade, foi concedida sob pressão para que se mantenha ainda algum poder nas mãos de quem já o detinha anteriormente. Peruzzo cita como exemplo de participação controlada a divisão dos lucros de uma empresa: é evidente que, neste caso, a maior parte dos lucros continua nas mesmas mãos de antes, mas os trabalhadores estão se sentindo mais contemplados e satisfeitos, portanto, mais conformados.

O nível mais alto de participação é o que Peruzzo chama de participação-poder. Ocorre em dois casos, na co-gestão e na autogestão, e o exercício do poder é partilhado. Nesses casos, a pessoa está envolvida ativamente – tem poder – em todos os níveis de decisão. A diferença é que, no caso da co-gestão, que pode ser aplicada a empresas, associações e até órgãos públicos, “as decisões centrais permanecem reservadas à cúpula hierárquica, não se alterando a estrutura central de poder” (PERUZZO, 1998: 82). A autogestão se dá quando as pessoas têm poder de decisão em todas as esferas da vida: econômica, política, social, cultural. É a base da sociedade socialista. O SOLTEC/UFRJ busca usar na sua organização institucional, bem como na base de seus projetos, este nível participativo.

Na construção do Portal Comunitário, foi utilizada uma metodologia participativa, baseada na pesquisa-ação. A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa que, como o nome sugere, está relacionada de forma indissociável a uma ação planejada. Segundo Michel Thiollent, “uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação” (THIOLLENT, 2008: 17). É fundamental a participação de



todos os atores envolvidos na pesquisa – não se dividindo, portanto, entre “pesquisadores e pesquisados”.

A sustentabilidade do Portal foi uma prioridade no projeto desde o início. Ele é construído, portanto, no sentido de garantir a autonomia e participação plena dos atores locais, de forma que, com o fim do suporte dado pela Universidade através do programa de extensão SOLTEC, o produto possa continuar funcionando como um meio de comunicação da Cidade de Deus, gerido pelos seus moradores, independente de qualquer ator externo.

O Portal vai ao ar pela primeira vez em 18 de abril de 2009 e, em janeiro do mesmo ano, Marília Gonçalves<sup>4</sup>, estudante de jornalismo, e Sandra Mayrink Veiga, jornalista, começam a participar das reuniões do grupo na Cidade de Deus quinzenalmente. A ação inicial da comunicação foi no sentido de descobrir qual era a demanda dos moradores, representantes das instituições, que iriam produzir o conteúdo do Portal – se havia necessidade de capacitação, e qual era a área de interesse de aprendizado. A partir de então, elas passaram a atuar como “agentes externos” no projeto. Segundo Raquel Paiva, “a função desse profissional, considerado frequentemente como agente externo, é provocar a participação” (PAIVA, 2003: 143). Paiva lista como atividades deste profissional “ajudar a promover o diagnóstico comunitário, a planificação da atuação do grupo, a elaboração das estratégias de comunicação a serem adotadas, a realização dos veículos e, por fim, a assistência periódica” (Idem).

Em 2009, foram realizadas cinco atividades formais de capacitação: duas sobre técnicas de entrevistas, uma sobre jornalismo popular e uma sobre texto jornalístico. Durante os meses de maio, junho, agosto e setembro de 2010, foi realizado o curso de extensão “Análise crítica dos meios de comunicação”. O curso aconteceu aos sábados, das 9h às 17h, na sede da Associação Semente da Vida da Cidade de Deus. Quinze pessoas concluíram o curso, das quais apenas duas não eram moradores da Cidade de Deus. A atividade, inicialmente pensada para os participantes do Portal, tomou dimensão maior que a planejada e acabou dando origem à produção de um jornal impresso chamado “A notícia por quem vive”. O jornal foi distribuído pelos alunos no Fórum Comunitário da Cidade de Deus, realizado no dia 16 de outubro de 2010<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Autora deste artigo.

<sup>5</sup> Disponível em

[http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id\\_content=935](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=935). Acessado em 31 de março de 2011.



Além disso, durante todo o ano de 2009 e 2010, reuniões quinzenais foram realizadas, sempre na Cidade de Deus, para discutir assuntos relativos à produção de conteúdo para o site – definição de pauta, acompanhamento da produção de textos etc.. Além da pauta, muitos outros assuntos são tratados na reunião, seja discussões sobre a política do Portal, seja questões administrativas. Não raras vezes, o grupo discute assuntos referentes à comunidade, que não necessariamente dizem respeito especificamente ao Portal, provando a importância deste espaço para as trocas comunitárias.

Com esse contato periódico nas reuniões quinzenais, foram-se esclarecendo as questões que envolviam comunicação para o grupo. Percebe-se que o caso do filme Cidade de Deus<sup>6</sup> é emblemático. Isso porque o filme teria estigmatizado o local, relacionando-o à violência e ao tráfico de drogas. Uma queixa comum – entre os moradores que participaram das reuniões do Portal – era a de que, depois do filme, a dificuldade de um morador da Cidade de Deus conseguir emprego aumentou bastante. Numa entrevista disponibilizada no Portal, um dos participantes do projeto afirma:

Eu acho legal (*o Portal*) porque a Cidade de Deus vai estar conectada com o mundo. Assim como através do filme, que na minha visão foi muito pior do que qualquer outra coisa... Uma vez eu estava indo trabalhar em Ipanema e vi as pessoas saindo do cinema no Leblon, falando horrores da Cidade de Deus; tinham acabado de assistir o filme, naquela época que o filme estava um sucesso danado. Fez-me lembrar todo aquele episódio que a Cidade de Deus passou, realmente, com a guerra do Zé Pequeno e do Mané Galinha, que foi um fato – só não foi do jeito que foi retratado no cinema, que o cara colocou ali um monte de coisa que realmente não existiu<sup>7</sup>.

Não só no caso do cinema, com o filme Cidade de Deus, mas a falta de identificação com as representações midiáticas da comunidade se dava também com o jornalismo – principalmente o televisivo. Em reuniões do projeto, os moradores comentavam que a Cidade de Deus só era lembrada na mídia quando o assunto era violência.<sup>8</sup> Quanto a isso, Raquel Paiva e Gabriela Nóra, a partir de análise de jornais em pesquisa realizada em 2005, constataram a “escassa visibilidade social, a não ser em termos negativos, das populações socialmente periféricas dos grandes centros urbanos”

---

<sup>6</sup> Em 2002, o cineasta Fernando Meirelles lançou um longa metragem chamado Cidade de Deus. O filme teve repercussão internacional e foi vencedor de vários prêmios na área, em todo o mundo. Ele narra uma história do tráfico na Cidade de Deus de forma demasiado violenta, o que criou, na opinião de vários moradores, uma opinião equivocada com relação à comunidade real.

<sup>7</sup> Conteúdo disponível em [www.cidadededeus.org.br](http://www.cidadededeus.org.br). Acessado em 31 de março de 2011.

<sup>8</sup> Percepções da experiência própria vivida pela presente autora nas reuniões do projeto.



(PAIVA & NÓRA, 2009: 13). No caso das favelas cariocas, a representação midiática limita-se à “tríade favela-tráfico-violência” (Idem: 14).

### **Gestão do Portal: questões sobre participação**

Todas as instituições que participam do Portal só podem divulgar no site suas ações sociais. Apesar da participação de grupos políticos e religiosos, conteúdos político partidário e religioso não são permitidos. Essa e outras decisões estão descritas no Termo de Adesão do Portal Comunitário da Cidade de Deus, documento construído em conjunto, durante as reuniões em 2008.

Cada uma das instituições paga uma mensalidade, desde o lançamento, no valor de R\$10,00. O dinheiro é entregue a um representante que é responsável por fazer a cobrança das instituições, ou seja, é responsável pelo controle financeiro do Portal. Depois, este representante passa o dinheiro a outro membro, que fica responsável por pagar a hospedagem do site e as despesas dos eventos que o Portal realiza, ou seja, é responsável pela gestão. Estes dois representantes são eleitos pelo grupo, e os cargos têm rotatividade. A ideia é que, de ano em ano, pelo menos, haja uma mudança nos cargos, a fim de que a gestão não fique personalizada e não haja identificação de hierarquia no Portal. Nunca houve nenhum conflito motivado por desconfianças sobre o direcionamento do dinheiro, o que mostra que há confiança entre os membros.

O Portal não funciona em uma sede. A maioria das reuniões foram realizadas na sede da Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, a partir de consenso entre os participantes, porque a instituição possui laboratório com computadores. A administração – da gestão e financeira –, como foi dito, é feita por dois representantes eleitos. A pauta é decidida em conjunto nas reuniões: há um momento de sugestões, debate sobre como serão abordados os assuntos, definição dos responsáveis, data limite para atualização e que conteúdo entrará como destaque na página inicial do site. Todos esses elementos são definidos em conjunto. Por isso, considera-se que o Portal funciona de forma não-hierárquica. Não existem chefes ou líderes, mas todo o grupo tem igual poder de decisão.

Além da página inicial, que tem conteúdo comum a todas as organizações, cada participante possui uma página institucional, cujo conteúdo não é definido pelo conjunto. Neste caso, há um diálogo sobre o conteúdo apenas entre a instituição e os agentes externos – para auxiliar na correção de textos, sugestão de imagem a se colocar, entre outras coisas.





Apesar de todos os representantes terem o mesmo poder na gestão e produção de conteúdo do site, há um grupo que participa muito mais ativamente dessas atividades. Isso fica claro no acompanhamento das reuniões, por exemplo. Embora o Portal tenha mais de 10 instituições, frequentam assiduamente as reuniões quinzenais cerca de sete delas. Algumas limitam sua participação ao pagamento da mensalidade, e não frequentam sequer os eventos promovidos pelo Portal, nem mesmo colocam conteúdo no site. Essas instituições aparentemente consideram importante apenas manter seu nome relacionado ao projeto e exposto no site.

No Brasil, atingir um nível mais alto de participação é, segundo Cicília Peruzzo, uma tarefa difícil. Isso porque a formação histórica do país desde a colonização teria dado origem a um povo que está acostumado a delegar responsabilidades e poder. Nosso povo acha comum, aceitável, e até mesmo confortável, não tomar parte das decisões.

A dominação, por um lado, assim como a submissão e a resignação, por outro, perpassam o cotidiano, a sociedade civil e o Estado, da família ao condomínio, à escola, ao sindicato, ao partido político e ao governo. (...) Com isso, queremos frisar que a dominação não é simplesmente imposta. Às vezes também há cumplicidade, omissão e até um certo jeito de 'gostar' de ter um chefe. Isso vai fazendo parte da nossa cultura. Somos vítimas e culpados? Talvez sim. O certo é que o autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação. (PERUZZO, 1998: 74, 75)

Talvez seja o caso de dizer que algumas organizações escolheram se alienar das decisões do Portal Comunitário da Cidade de Deus. Mas esta foi a opção destas instituições, e não está ligado ao funcionamento do Portal em si. Todas as instituições, da parte do suporte dado pelo SOLTEC/UFRJ, foram estimuladas e capacitadas igualmente para participar do processo. Muitos representantes ainda têm uma dificuldade um tanto maior que outros na construção de um texto, por exemplo. Essa diferença, no entanto, é normal, considerando os diferentes níveis de idade<sup>9</sup> e escolaridade dos representantes. Quanto à diferença de idade, é visível que os mais jovens têm maior facilidade para lidar com o computador, e, portanto, colocar conteúdo no site. As instituições que têm mais pessoas jovens no seu corpo, portanto, podem sair beneficiadas neste sentido, involuntariamente.

---

<sup>9</sup> O representante mais novo do Portal tem cerca de 18 anos, enquanto o mais velho tem cerca de 60.





Dezesseis instituições participavam do projeto na ocasião de seu lançamento, em abril de 2009. Em outubro de 2010, faziam parte do Portal doze instituições. Em março de 2011, quinze instituições compunham o Portal. Até outubro de 2010, seis instituições haviam deixado o Portal, que recebeu outros grupos novos. O principal motivo que causou a saída de instituições foi a inadimplência e a falta de participação. Para entender este processo, é preciso observar que o grupo decidiu em reunião, em setembro de 2009, que a instituição que ficasse mais de três meses sem pagar a mensalidade do Portal teria sua senha de acesso ao site bloqueada.

Esse acordo foi resultado de um processo de reclamações das instituições que sempre compareciam às reuniões e pagavam a mensalidade em dia. Elas não consideravam justo que outras instituições que não tinham a mesma atitude continuassem usando o site. O grupo já passou por alguns conflitos gerados por essa diferença de envolvimento. O conflito se dá, principalmente, no sentido de acusar a instituição que está participando mais – colocando muito conteúdo no site, por exemplo – de querer assumir ou “ser dona” do Portal. A questão da participação desigual é ponto fundamental para entender a história do Portal.

Algumas instituições jamais apareceram em reuniões, nem sequer publicam qualquer coisa no site, mas pagam a mensalidade em dia. Isso leva a crer que consideram importante apenas manter no Portal o nome de sua instituição, como forma de propaganda. Por outro lado, essa atitude gera desconforto nas instituições que participam mais, pois acreditam estar “trabalhando para outra pessoa levar o crédito também”.

### **Comunicação Comunitária: sobre gestão e propriedade coletiva**

Nas duas últimas décadas, o termo comunicação comunitária tem sido alvo crescente de estudos acadêmicos – o que é compreensível se entendermos que a própria produção da comunicação aumentou, devido ao desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Segundo Cicília Peruzzo, foi só em 1995 que o termo “rádio comunitária”, por exemplo, se institucionalizou no Brasil, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias (PERUZZO, 1998: 256). Percebe-se, portanto, quão novo é este conceito.

Cicília Peruzzo levanta várias características de meios de comunicação comunitária. A autora afirma que não basta um veículo estar circunscrito a determinado local – ainda que seja considerado uma comunidade – e falar sobre ele para ser



comunitário. A comunicação comunitária tem de se basear em princípios públicos, e ser o canal por onde os indivíduos de uma comunidade manifestam suas demandas e necessidades. São características de meios comunitários, segundo a autora: a ausência de fins lucrativos; a programação comunitária; a interatividade; a valorização da cultura local; o compromisso com a cidadania; o agir para a democratização da comunicação; a gestão e propriedade coletiva. Trataremos a seguir desta última característica.

Peruzzo acredita que a gestão deveria envolver a “participação direta da comunidade, por meio de órgãos deliberativos como os conselhos e a assembleia” (PERUZZO, 1998: 257). Além disso, ele não deve pertencer a um só membro da comunidade, mas ter propriedade coletiva.

Nota-se que os princípios de gestão de um meio de comunicação comunitária, para a autora, assemelham-se aos de uma democracia participativa. Os produtores do veículo não deveriam ser somente representantes “eleitos” que tomassem as decisões “em nome da” comunidade, mas deveria haver espaços nos quais a comunidade pudesse também deliberar sobre as decisões do veículo.

Neste caso, é preciso direcionar o olhar para a prática e analisar a possibilidade de efetivação dessas características. Tomemos como exemplo fictício o caso de um jornal que tenha um corpo de aproximadamente 10 pessoas, em uma comunidade de 100 mil habitantes. Seria provavelmente bastante difícil que esses jovens realizassem assembleias abertas a todos os habitantes desta comunidade, ou permitissem que qualquer um deles, indistintamente, fizesse parte de seu conselho editorial.

Deve-se considerar não só as dificuldades logísticas, mas também sobre responsabilidades (ética, jurídica, social). Alguns jornais são independentes, outros, porém estão inseridos em ONGs que têm responsabilidade jurídica sobre eles. Considerando que muitas favelas no Rio de Janeiro ainda são controladas por grupos armados traficantes de drogas e milicianos, não seria justo que o grupo aceitasse qualquer deliberação da comunidade sobre estes assuntos (denúncias, por exemplo) e respondesse juridicamente (e socialmente, tendo sua segurança abalada, por exemplo) por isso. Se existe um abismo entre responsabilidades, parece justo que haja uma diferença também no poder de decisão sobre o veículo.

O Portal Comunitário da Cidade de Deus possui dois espaços especificamente disponíveis à participação do morador ou visitante do site. Um deles é o Conexão Comunidade, onde são publicados artigos, matérias, poesias e outro tipo de conteúdo enviado por moradores para os membros do Portal. Outro espaço é o Fala Comunidade,



que é um fórum de debate onde o morador pode tirar dúvida, fazer reclamações, divulgar vagas de emprego, entre outras coisas. Nos dois casos, o conteúdo precisa ser aprovado por algum membro do Portal para ser publicado, já que a responsabilidade pelo conteúdo do site é das instituições.

Consideramos que ampliar a participação nos diferentes níveis de poder é fundamental para uma sociedade mais democratizada. Mas é preciso considerar a viabilidade prática das ações. Neste sentido, o modelo autogestionário parece ideal para a gestão de um veículo comunitário. Comparativamente, poderíamos usar o exemplo da gestão de um empreendimento baseado na Economia Solidária – por ser onde a autogestão é praticada hoje no Brasil.

A autogestão é um modelo oposto ao da heterogestão. Esta é facilmente reconhecível nas empresas capitalistas, segundo Paul Singer. Na heterogestão, predomina a divisão hierárquica dos cargos na organização – pode-se comparar estruturalmente a uma pirâmide onde o pico representa os cargos mais elevados, de coordenação e direção, por exemplo, ocupado por um conselho com poucas pessoas. Na medida em que se vai descendo na pirâmide, percebe-se uma perda qualitativa no trabalho e um aumento de pessoas envolvidas – os funcionários não têm função intelectual na empresa, tampouco responsabilidade na elaboração de soluções para os seus problemas ou na tomada de decisões. Segundo Singer, os trabalhos tendem a se tornar mais repetitivos nos cargos mais baixos da hierarquia (SINGER, 2002: 17).

Na autogestão, a empresa solidária, como chama Singer, – chamaremos aqui empreendimento solidário – não é gerida hierarquicamente, mas democraticamente. Entende-se que todos os membros são sócios e, portanto, têm igual poder de decisão sobre seus rumos. Singer afirma que “quando ela (*a empresa solidária*) é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade” (SINGER, 2002: 18). No caso de uma grande empresa solidária, pode haver eleição para coordenação/direção. Ainda neste caso, todos os membros devem ser consultados de tempos em tempos e estar envolvidos nas decisões da empresa. Não existe quem manda e quem obedece na empresa solidária. As relações interpessoais são baseadas na cooperação e solidariedade entre seus membros, ao contrário da heterogestão, onde as relações são baseadas na competição.

Assim, num meio de comunicação comunitária deve haver uma organização horizontal dos membros. O grupo não pode organizar-se hierarquicamente e competir entre si, mas o ideal é que haja cooperação para o desenvolvimento do veículo. Singer



alerta: “A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa”. (SINGER, 2002, pág. 19)

É fundamental para a saúde do veículo comunitário, portanto, que os seus produtores estejam motivados a fazê-lo. O desinteresse dos sócios na autogestão pode ser fatal para o empreendimento solidário. Desta forma, o modelo contra-hegemônico da autogestão pode ser o ideal para a organização e gestão de um veículo de comunicação comunitária, de forma a viabilizar sua democratização.

Como já dito anteriormente, a gestão e a propriedade do Portal Comunitário da Cidade de Deus são coletivas entre as instituições que aderiram ao projeto. Somente quem tem o poder de deliberar sobre ações do Portal são seus membros representantes. Optou-se, no início do projeto, por somente aceitar como participantes do Portal os agentes coletivos da comunidade – grupos, organizações, instituições etc.. Não podem ser membros do Portal agentes individuais ou, como se chama pelos agentes locais, os “avulsos”.

Estima-se que a Cidade de Deus tenha algo em torno de 65 mil habitantes. As pessoas envolvidas em cada uma das 16 instituições que faziam parte do projeto no lançamento do Portal são líderes comunitários, pessoas envolvidas em históricas lutas comunitárias na Cidade de Deus. A grande maioria delas tem mais de 30 anos de idade e histórico de representatividade da comunidade dentro e fora da Cidade de Deus. Interessante e didático seria traçar um breve perfil de cada uma delas, o que não é possível em vista do espaço aqui disponível. Considera-se, no entanto, que essas características permitam dizer que o Portal tem legitimidade como veículo de comunicação da Cidade de Deus.

Não se pretende, com isso, anular a legitimidade de outros veículos que venham a surgir. Tampouco exaltar o Portal como representante irrefutável da Cidade de Deus. Mas tão somente comprovar que há a possibilidade de garantir representatividade ainda quando um veículo de comunicação não é aberto a *toda* a comunidade à qual se refere (no caso, a Cidade de Deus).

Fica a questão: deve-se almejar a criação de um veículo de comunicação comunitária que represente toda uma comunidade independente do seu tamanho? Deve-se pretender representar toda uma comunidade?

Se não for possível ter um veículo de comunicação que envolva a participação de 65 mil pessoas, ainda que por meio de assembleias, vale a experiência de realização de



um em que estejam essencialmente envolvidas pessoas que estão intimamente ligadas à comunidade.

### **Considerações finais**

Consideramos finalmente, pela descrição da experiência do Portal, que existe um esforço no sentido de estabelecer uma gestão coletiva, horizontal, em que não haja hierarquização nos cargos, mas sim coletivização dos mesmos. Tomamos o cuidado, no entanto, de identificar também as dificuldades na prática cotidiana destas características – não só no caso específico do Portal, mas também de outras experiências de comunicação comunitária.

Entendemos que o estudo das características de um veículo de comunicação comunitária se faz necessário para que se reconheçam as práticas não alinhadas hegemonicamente. Caso bastasse ser produzido por um membro de uma comunidade para que o veículo fosse considerado comunitário, um blog pessoal de um morador da Cidade de Deus seria, por exemplo, assim considerado. A multiplicação dos emissores torna necessário um olhar cuidadoso para identificar práticas contra-hegemônicas, que não tenham caráter financeiro prioritário e tenham compromissos com valores públicos.

Esse estudo, no entanto, deve ser, necessariamente, baseado em experiências práticas. O conceito de comunicação comunitária, como vimos, é relativamente novo, assim como o são suas práticas, estando elas em constante transformação. Além disso, a adaptação de cada veículo à sua comunidade é um fato. Embora possamos considerar características gerais que orientem a análise sobre os meios de comunicação comunitária – das quais se considera aqui prioritárias o caráter contra-hegemônico e o compromisso com valores públicos –, elas não devem servir de limitação. De nada adianta simplesmente excluir os meios de comunicação comunitária de um campo de “meios legítimos”, sem considerar e refletir sobre suas diferenças, especificidades e adaptações possíveis dentro das possibilidades reais. “O maniqueísmo desproblematiza” (MALERBA, 2008: 154).

Vimos que, no caso da gestão e propriedade coletiva, é especialmente pertinente que a comunicação comunitária dialogue com a Economia Solidária. Tema também crescente no Brasil, as experiências de Economia Solidária, baseadas no cooperativismo e autogestão, podem servir de exemplo importante na organização dos meios comunitários.



Concluimos, portanto, que é imprescindível que o olhar acadêmico continue voltado para as práticas cada vez mais frequentes de comunicação comunitária. Tão imprescindível quanto é que este olhar não esteja limitado à teoria. É preciso problematizá-la e buscar diálogos com outros campos possíveis, como se mostra potencialmente o da Economia Solidária. Com isso, espera-se incentivar que as práticas de comunicação comunitária se multipliquem e solidifiquem, caminhando rumo à democratização da comunicação no Brasil e a um novo mundo possível.

### **Referências bibliográficas**

ALVEAR, Celso Alexandre Souza de. A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2008. Dissertação (Engenharia de Produção). Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent.

MALERBA, João Paulo. A Comunicação Comunitária no Limite. In: Comunidade e contra-hegemonia. PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. Orientadora: Raquel Paiva.

PAIVA, Raquel. O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PAIVA, Raquel. NÓRA, Gabriela. Comunidade e Humanismo Prático: A Representação da Periferia no Rio de Janeiro. In: Comunidade e Contra-hegemonia: Rotas de comunicação alternativa. PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2008.

### **(MODELO DA ESTRUTURA DO TRABALHO)**

#### **Título em Caixa Alta e Baixa<sup>10</sup>**

---

<sup>10</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

